



QUESTÃO INDÍGENA

R\$ 2 bi bloqueados na lavagem de ouro

Operação da PF cumpre mandados de busca e apreensão em 27 cidades para asfixiar esquema de compra, venda e exportação do metal

» VINICIUS DORIA

Na maior ação do ano contra a rede criminosa que sustenta a exploração ilegal de ouro na Amazônia Legal, a Polícia Federal (PF) — com suporte do Ministério Público Federal (PMF) e da Receita Federal — cumpriu, ontem, 27 mandados de busca e apreensão em 12 cidades, incluindo Brasília, e prendeu duas pessoas — em Belém e Santarém, no Pará. Um terceiro suspeito, com mandado de prisão expedido, não foi encontrado.

A operação, batizada de Sisaque (nome de um faraó do Egito), mobilizou 100 agentes da PF e bloqueou cerca de R\$ 2 bilhões em bens e valores de pessoas físicas e jurídicas. As investigações apontam que o esquema de compra, venda e exportação de ouro movimentou mais de R\$ 4 bilhões, entre 2020 e o fim do ano passado, com o contrabando de 13 toneladas do metal.

O inquérito aberto pela PF revela a participação de uma empresa sediada nos Estados Unidos, que seria responsável pelo embarque do ouro para países da Europa, como Suíça e Itália, e da Ásia, como os Emirados Árabes e a China, através de Hong Kong. Para sair do Brasil, o ouro de garimpos ilegais passa por um processo de “esquentamento” da documentação, que envolve financiadores, transportadores, pequenas empresas de fachada responsáveis pela emissão de notas fiscais frias, e empresas maiores que fazem a exportação.

Para a PF, são essas empresas maiores que comandam todo o esquema criminoso. “Uma das formas de fazer isso era criando estoques fictícios de ouro, de modo a acobertar uma quantidade enorme do minério sem comprovação de origem lícita”, informou

Polícia Federal/Divulgação



PF cumpriu três mandados de prisão e 27 de busca e apreensão. Em alguns dos locais suspeitos, foram apreendidos documentos e dinheiro vivo

a corporação, por meio de nota.

Além das ações em Brasília, Belém e Santarém, policiais federais foram a endereços em São Paulo, Goiânia, Manaus, Boa Vista, Rio de Janeiro, Itaituba (PA), Tatuí (SP), Campinas (SP) e Sinop (MT). A lista de ilícitos é extensa, segundo a PF: “Adquirir e/ou comercializar ouro obtido a partir de usurpação de bens da União, sem autorização legal e em desacordo com as obrigações impostas pelo título autorizativo; pesquisa, lavra ou extração de recursos minerais sem a competente autorização, permissão, concessão ou licença;

lavagem de capitais; e organização criminosa”.

Ofensiva

A Operação Sisaque faz parte da mobilização do governo federal para asfixiar a atividade garimpeira na Amazônia, incluindo a extração de ouro na Terra Indígena Yanomâmi, em Roraima, responsável pela tragédia humanitária que assola as comunidades indígenas locais. Na terça-feira, a PF já havia cumprido 16 mandados de busca e apreensão em São Paulo, Goiás e Roraima, no âmbito da Operação Avis Aurea (ave

dourada, em latim).

No endereço de um dos suspeitos, os policiais encontraram dólares e diamantes. Segundo a PF, a quadrilha enviava dinheiro vivo para Boa Vista, que era usado na compra do ouro extraído dos garimpos ilegais, em um esquema que pode ter movimentado, em cinco anos, R\$ 422 milhões. Uma das empresas suspeitas de integrar a rede criminosa era investigada pela corporação depois da descoberta de 111kg de ouro em um avião apreendido em Goiânia.

A estrutura que alimenta a cadeia de extração, comércio

e exportação do ouro amazônico é extensa e conta com a participação de empresários e parentes de políticos, além de servidores públicos e uma ampla rede logística, que viabiliza o transporte do metal para cidades do Sudeste e do Centro-Oeste. No sentido contrário, as remessas do dinheiro captado pelos financiadores eram feitas em pequenos aviões e por via terrestre, por meio de motoristas contratados pelas quadrilhas.

As investigações da Avis Aurea tiveram início depois de a Polícia Rodoviária Federal (PRF)

» Fundo recebeu até agora R\$ 3,3 bi

O Fundo Amazônia recebeu, até agora, R\$ 3,3 bilhões em doações e já soma um total de R\$ 5,4 bilhões — sendo que desse total R\$ 1,8 bilhão já tem destino para ser aplicado. O anúncio foi feito, ontem, pelo presidente do Banco Nacional para o Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloízo Mercadante. Nesse primeiro momento, o Fundo liberou R\$ 853 milhões para operações de comando e controle coordenadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), além de R\$ 253 milhões para ordenamento territorial e mais R\$ 244 milhões para ciência e tecnologia. Segundo Mercadante, o BNDES vai priorizar 14 projetos que estavam prontos para serem retomados, mas que ficaram congelados no governo Bolsonaro.

apreender mais de R\$ 4 milhões em dinheiro vivo no interior de um veículo abordado em Cáceres (MT), cujo destino era Boa Vista. No último dia 10, a PF havia cumprido mandados de busca e apreensão na capital de Roraima contra suspeitos de lavar dinheiro do garimpo ilegal. Entre os alvos estavam Vanda Garcia de Almeida e Fabrício de Souza Almeida, respectivamente irmã e sobrinho do governador de Roraima, Antônio Denarium (PP). Outros parentes do governador, cujos nomes não foram divulgados, também estão sob investigação.

Leo Otero/MPI



Clareira aberta pelo garimpo, que utiliza mercúrio maciçamente

Mercúrio contamina longe do garimpo

» MARIANA ALBUQUERQUE*

A crise humanitária dos ianomâmis chamou a atenção para aquilo que já pode ser considerado um nível irreversível de contaminação por mercúrio não apenas dos povos originários, mas também de uma grande parcela da população que, mesmo de longe, é afetada pelos efeitos do uso do metal na atividade garimpeira. A tendência, segundo estudo realizado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), é que nos próximos anos haja um aumento exponencial em Roraima — e possivelmente em estados vizinhos — de doenças relacionadas à contaminação pelo mercúrio.

“A pessoa que consumir e estiver exposta ao alimento e a

qualquer coisa proveniente da região, seja ela indígena, ribeirinho, quilombola, habitante da cidade, corre sério risco. Se tem o hábito de comer peixe regularmente, está sujeita à contaminação. Não apenas os trabalhadores que manuseiam o mercúrio, mas o resto da população que mora perto também está vulnerável. O problema não está restrito aos originários; é um problema da sociedade como um todo”, afirma Paulo Basta, médico e pesquisador da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP/Fiocruz).

Responsável pelo estudo que comprovou os altos níveis de mercúrio no organismo de indígenas do Pará, de Roraima e do Amazonas, Basta aponta que

as etnias ianomâmi e munduruku são as que mais sofrem com a contaminação ambiental causada pela mineração. Ele alerta, porém, que pesquisas apontam para o avanço dos poluentes para outras cidades roraimenses. O principal vetor da contaminação pelo mercúrio são os alimentos.

Segundo o pesquisador, antes mesmo dos indígenas, a principal vítima da contaminação pelo mercúrio é o trabalhador do garimpo, que é obrigado a utilizar o metal para poder apurar o ouro. “Eles precisam separar os materiais, pois o mercúrio tira o valor do ouro. Nesse processo, fazem a queima do produto, que chamamos de exposição ocupacional — vapor e os resquícios do material deixarão o garimpeiro

em uma situação de saúde muito parecida com a do indígena contaminado. Para piorar, aquelas pessoas trabalham em situação análoga à escravidão. Os grandes responsáveis por isso são os financiadores, que não se contaminam”, aponta.

Basta lembra que a garimpagem é essencialmente um trabalho braçal, com instrumentos rústicos e que envolve produtos de alta toxicidade. “A atividade é muito rudimentar, e quanto mais rudimentar, mais mercúrio é usado. Há estimativas que apontam que para cada quilo de ouro tirado, são gastos de 2kg a 8kg de mercúrio para obtê-lo”, calcula.

*Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi

TERRORISMO

Ameaça de bomba assusta e esvazia sede da OAB-RJ

O prédio onde funciona a sede da Ordem dos Advogados do Brasil no Rio de Janeiro (OAB-RJ), no centro da capital fluminense, foi esvaziado às pressas por volta do meio-dia de ontem, após serem

encontradas duas cartas anônimas afirmando que uma bomba explodiria dentro do imóvel. O Esquadrão Antibombas da Polícia Civil foi acionado, iniciou uma varredura pelo prédio, mas nada encontrou.

A carta afirma que “uma bomba foi instalada no edifício (...) e está programada para explodir neste dia 15. (...) Os efeitos serão catastróficos”. Segundo a mensagem, seria o início de uma série de atentados “em diversos órgãos” para “acabar com essa política idiota de exclusão nepotismo vantagens pessoais anuidades caras vaidade absurda reacionarismo barato de uma

burguesia hipócrita que se preocupa somente com a indicação pelo quinto constitucional” (sic). O quinto constitucional está previsto no artigo 94 da Constituição e determina que um quinto das vagas de alguns tribunais seja preenchido por advogados e membros do Ministério Público, e não por juízes de carreira.

O texto prossegue: “O poder a todo o custo (sic) tem seu preço.

A OAB pagará preço caro por adotar essa política de manter em seus quadros a direita extrema misógena (sic) homofóbica racista”. E conclui: “Esvaziem o prédio porque os efeitos serão impactantes. Muitos serão feridos ou perderão suas vidas”.

Dois exemplares da carta foram deixados no prédio — um dentro de um elevador e outro no banheiro do 7º andar

— e encontrados por funcionários terceirizados responsáveis pela limpeza do imóvel. Segundo a OAB-RJ, existem câmeras de segurança no prédio, cujas imagens serão pesquisadas pela polícia.

No momento em que as cartas foram encontradas e o prédio foi esvaziado, estava ocorrendo uma cerimônia de entrega de carteiras da OAB para advogados aprovados em concurso recente.